

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2007

Altera o art. 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 e dá outras providências.

Autor: Deputado MANOEL JUNIOR

Relator: Deputado LEONARDO PICCIANI

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe objetiva acrescentar o inciso VII ao § 1º do art. 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para incluir, entre os documentos que devem instruir o registro dos candidatos, certidão declaratória ou documento hábil a provar a condição de alfabetizado do candidato.

Argumenta-se, na justificação, que, apesar de serem os analfabetos inelegíveis, em razão de disposição constitucional, o Código Eleitoral não exige, no ato de registro do candidato, nenhuma prova de sua condição de alfabetizado, ficando a critério do Juiz, quando em dúvida, ou em face de impugnação, solicitar a prova da escolaridade do candidato.

Daí a necessidade de prova de alfabetização do pretendente a cargo eletivo, no ato do registro.

A proposição foi distribuída unicamente a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, à qual compete examinar-lhe os aspectos de

constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, além do seu mérito, nos termos do art. 32, IV, *a e e*, do Regimento Interno. Seu parecer será terminativo, de acordo com o art. 54, I, da lei interna.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de direito eleitoral, matéria compreendida na competência legislativa privativa da União (CF, art. 22) e que deve ser veiculada por lei (CF, art. 48, *caput*), no caso, lei ordinária, por não haver reserva de lei complementar para a espécie. Admite a iniciativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

A inelegibilidade dos analfabetos vem prevista no art. 14, § 4º (“São *inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos*”), e repetida no art. 1º, I, *a*, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade).

A proposição em análise é integrativa do texto constitucional, estabelecendo a exigência de prova de alfabetização, respeitado o princípio da proporcionalidade.

Estão atendidos, assim, os requisitos de constitucionalidade formal e material.

Nada a objetar quanto à legalidade e juridicidade do projeto.

São observados os preceitos regimentais relativos à tramitação da matéria.

A técnica legislativa da proposição merece reparos para adequá-la aos cânones da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da redação das leis. Com essa finalidade, estamos apresentando substitutivo.

Quanto ao mérito, entendemos que o projeto aperfeiçoa a legislação eleitoral, evitando que se candidatem pessoas analfabetas, às quais a Lei Maior nega a elegibilidade.

Em tais condições, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 675, de 2007, nos termos do substitutivo que oferecemos.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado LEONARDO PICCIANI

Relator

